



UNILASALLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE



SANDRA BROMBATTI DA COSTA

**A IMPORTÂNCIA DA ROTINA NA PRÁTICA EDUCATIVA DA
EDUCAÇÃO INFANTIL DE ZERO A TRÊS ANOS**

CANOAS, 2008

SANDRA BROMBATTI DA COSTA

**A IMPORTÂNCIA DA ROTINA NA PRÁTICA EDUCATIVA DA
EDUCAÇÃO INFANTIL DE ZERO A TRÊS ANOS**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Pedagogia – Habilitação em Magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil do Centro Universitário La Salle – Unilasalle, como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia – Habilitação em Magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil sob a orientação da Prof^a Circe Mara Marques.

CANOAS, 2008

TERMO DE APROVAÇÃO

SANDRA BROMBATTI DA COSTA

A IMPORTÂNCIA DA ROTINA NA PRÁTICA EDUCATIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ZERO A TRÊS ANOS

Trabalho de conclusão aprovado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia – Habilitação em Magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil do Centro Universitário La Salle - Unilasalle, pela seguinte banca examinadora:

Canoas, 28 de novembro de 2008.

“... um sonho... O sonho de manter acesa a chama vibrante, intensa e colorida da infância. Um tempo marcado pelo encantamento da atmosfera onírica que rege a primeira e mais importante fase de nossas vidas. Uma época singular, rica, pessoal e intransferível. Período que representa uma galáxia em meio a todos os outros milhões de sistemas estelares produzidos pela fértil imaginação infantil. Imaginação livre de preconceitos, de negativismos e de limitações. A pureza, a ousadia e o espírito quase selvagem dos primeiros anos nos marcam de forma indelével por toda a existência... É como se esse período fosse comandado pelo ritmo de um relógio cujos ponteiros marcam só diversão e alegria... Um tempo cujo cheiro, gosto, cor e som continuamos perseguindo, de forma consciente ou inconsciente, por toda a vida.”

(Gabriel Chalita)

AGRADECIMENTOS

Pela saúde, força e coragem para enfrentar as dificuldades, agradeço a Deus, meu Criador.

Pelo apoio, paciência e ajuda nos trabalhos, eu agradeço a meu marido Luiz Carlos e a meus queridos filhos, Leticia e Lucas.

Pela torcida, eu agradeço a toda minha família.

Pela mão estendida, a palavra e o ombro amigo, eu agradeço a todas as minhas amigas, em especial Libera, Ana Lucia e Margareth.

Pela parceria nos estágios, a Rosane.

Pela aprendizagem e conhecimento, agradeço aos professores e mestres.

Pela confiança e ajuda, minha professora orientadora, Circe Mara.

Vocês jamais serão esquecidos!

Obrigada por tudo.

RESUMO

Neste trabalho proponho desenvolver uma análise sobre as rotinas da educação infantil com crianças de zero a três anos e sua contribuição para o desenvolvimento dos educandos. O objetivo é repensar o cotidiano escolar, possibilitando mudanças na prática das rotinas com bebês, estabelecendo assim, um lugar onde aconteçam diariamente atividades criativas e significativas, construídas para as crianças e com as crianças, que contribuam para seu desenvolvimento respeitando seus tempos, suas necessidades e suas individualidades. Autores como Carmem Maria Craidy (2001), Zilma Ramos de Oliveira (2002), Maria da Graça Souza Horn (2004) e Maria Carmen Silveira Barbosa (2006), entre outros constituem o apoio teórico para a construção da pesquisa, assim como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, documentos Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Palavras-chave: Rotina - Crianças – Desenvolvimento

SOMMARIO

In questo lavoro io intendo di sviluppare un'analisi sulle routine dell'istruzione infantile con zero bambini a tre anni e contributo di his/her per lo sviluppo degli studenti. L'obiettivo è a ripensamento la scuola quotidiana, mentre facendo i possibili cambi in pratica delle routine con bambini, stabilendo come questo un luogo dove you/they succedono le attività creative e significative quotidiano, costruì per i bambini e coi bambini che contribuiscono a sviluppo di his/her che rispetta le loro volte, le loro necessità e le loro individualità. Autori come Carmem Maria Craidy (2001), Zilma Ramos di Oliveira (2002), Maria del Graça Souza Corno (2004) e Maria Carmen Silveira Barbosa (2006), fra altri loro costituiscono l'appoggio teoretico per la costruzione della ricerca, così come Referencial National Curricolare per l'Istruzione Infantile e la Legge di Orientamenti e Basa 9394/96, documenti Nazionali elaborati da Ministero di Istruzione e dello Sport.

Parola-chiave: Routine - Bambini - lo Sviluppo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	10
2.1 Os primeiros passos da educação infantil no Brasil	12
2.2 A educação infantil no Brasil República	13
2.3 Legislação de ensino	15
3 O EDUCAR E O CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	23
3.1 Cuidar	26
3.2 Educar	30
4 AS ROTINAS DAS CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS	37
4.1 Adaptação na creche	40
4.2 Organização dos espaços	43
4.3 O lugar do brincar na rotina de zero a três anos	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é abordar como a rotina acontece na primeira etapa da educação infantil e qual sua contribuição no desenvolvimento integral das crianças, se está respeitando o tempo, as necessidades e as individualidades das mesmas.

Sabendo que a rotina escolar serve para orientar as ações das crianças, possibilitando que se situem na relação tempo-espço e que contribui para o planejamento diário dos professores, buscarei nesta pesquisa analisar que contribuições à rotina proporciona para o desenvolvimento integral das crianças e, de que forma essas ações acontecem no cotidiano escolar e como estão sendo estabelecidas dentro da sala de aula.

A metodologia utilizada para realizar este trabalho será a pesquisa bibliográfica e qualitativa, pois se desenvolverá com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos publicados.

A necessidade de buscar enfoques educacionais voltados à formação integral do indivíduo ressalta a importância da rotina proposta para crianças de zero a três anos na educação infantil.

O trabalho se constituirá em três capítulos, nos quais pretendo abordar os seguintes assuntos:

No primeiro capítulo farei um resgate da história da educação infantil no Brasil, seu desenvolvimento no contexto educacional, buscando quais as necessidades que

levaram a implantação das instituições pré-escolares e como se deu o surgimento das mesmas em nosso país.

O segundo capítulo abordará a importância da educação infantil incorporar de maneira integrada as funções de cuidar e educar, pois não existe uma forma de atendimento que dicotomize o cuidar do educar na educação infantil.

Por fim, no terceiro capítulo, darei um enfoque específico sobre a rotina apresentada às crianças na primeira etapa da educação infantil. Falarei sobre a adaptação das crianças na creche e a importância da organização dos espaços e do brincar para promover o desenvolvimento das mesmas.

Abordando esses assuntos pretendo mostrar as diversas necessidades físicas e psicológicas que possui uma criança de zero a três anos e como as instituições infantis podem supri-las para que as crianças se desenvolvam em um ambiente seguro e desafiador promovendo significativamente a autonomia das mesmas.

Entretanto devemos levar em conta que a sensibilidade e a formação dos educadores em determinadas situações ocorridas no cotidiano das crianças de zero a três anos poderá ser um diferencial positivo na educação infantil. Daí a necessidade da escola estar bem estruturada, trabalhando com profissionais competentes e capacitados, visando oferecer às crianças uma rotina dinâmica que considere suas necessidades biológicas, psicológicas e sociais.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

As instituições pré-escolares surgiram no mundo apenas no século XVIII como uma necessidade de proteger a infância do abandono, dos maus-tratos e da pobreza. Antes as crianças conviviam com os adultos e outras crianças e neste convívio aprendiam a dominar os conhecimentos necessários para sua sobrevivência, crescendo e aprendendo assim a enfrentar os problemas da vida adulta. Ali a criança participava de atividades sociais sem distinção, tais como jogos, brincadeiras, profissões, uso de armas, entre outras.

Conforme Oliveira:

Ao longo de muitos séculos, o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe e de outras mulheres. Logo após o desmame, a criança pequena era vista como pequeno adulto e, quando atravessava o período de dependência de outros para ter atendidas suas necessidades físicas, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas, em que aprendia o básico para sua integração no meio social. (2002, p. 58).

Só mais tarde a sociedade começou a perceber que as crianças tinham um jeito de pensar, ver e sentir característicos da idade, começando então a valorizar o ser criança e a importância desta fase da vida para o ser humano, compreendendo que a criança era um ser com características próprias em suas idéias e interesses, e desse modo não mais podia ser vista como um adulto em miniatura. Com essa

percepção nasce a preocupação com a educação infantil. Sendo assim, começou a desenvolver-se um sentimento novo em relação à infância, que passa a ser associada à de dependência, fragilidade e inocência dos pequenos.

De acordo com Kuhlmann Júnior (2002, p. 31), [...] É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida.

Com a revolução industrial no século XVIII na Europa, surgiram as primeiras instituições que tinham o propósito de cuidar dos filhos das operárias.

No Brasil, somente a partir da metade do século XIX, com a inserção da mulher no mercado de trabalho começam surgir os primeiros estabelecimentos de educação infantil, que eram do tipo filantrópicos, ou seja, sem fins lucrativos. O modelo filantrópico predominou até o fim da segunda década do século XX. As preocupações médicas, em virtude da alta taxa de mortalidade infantil nas instituições, já estavam presentes na década de 70 do século XIX, aliando pediatria e filantropia, mas somente na década de 30 do século XX se ampliou a atuação dos profissionais da saúde, com propostas higienistas, que se revezavam com o discurso sanitarista, assistencialista e moral.

Nesse período essas entidades apenas tinham o objetivo de cuidar das crianças, sem nenhum comprometimento pedagógico. Portanto, é importante compreender que as instituições de educação infantil que conhecemos hoje, onde tem por objetivo cuidar e educar nossas crianças, buscando um desenvolvimento integral do ser humano, são muito recentes, pois durante um longo período da história o direito à infância foi negado às nossas crianças.

2.1 Os primeiros passos da educação infantil no Brasil

Somente em meados do século XIX começam a surgir no Brasil as primeiras instituições com objetivo de cuidar das crianças pequenas. Antes, não havia creches ou parques infantis para atender os pequenos. Nas zonas rurais eram as famílias dos fazendeiros que assumiam o cuidado das crianças órfãs ou abandonadas por seus familiares. Já em algumas cidades existia desde o início do século XVIII a “roda dos expostos”, local onde eram colocados bebês recém nascidos. Conforme Oliveira (2002, p.91), [...] “bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio social, eram recolhidos nas ‘rodas de expostos’ existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII”.

Há uma mudança a partir de 1880, com a abolição da escravatura e o fim do Brasil Império, onde grande parte da população rural migra para a zona urbana. Este êxodo rural acaba trazendo inúmeros problemas para as grandes cidades. Entre eles o aumento da mortalidade infantil. Sendo assim, começam a ser implantadas no país iniciativas isoladas de assistência à infância, com o objetivo de diminuir a taxa de mortalidade infantil. São criadas instituições de amparo às crianças, como creches, asilos e internatos para cuidar principalmente das crianças pobres. Ainda segundo Oliveira (2002, p. 93) [...] “observava-se, igualmente, o fortalecimento de um movimento de proteção à infância, que partia de uma visão preconceituosa sobre a pobreza, defendendo um atendimento caracterizado como dádiva aos menos favorecidos”.

Os primeiros jardins-de-infância privados são abertos no Brasil. Primeiro no Rio de Janeiro no ano de 1875 e em São Paulo no ano de 1877. Somente alguns anos mais

tarde são criados jardins-de-infância públicos, destinados às crianças de classes mais afortunadas. Em 1882, Rui Barbosa considera o jardim-de-infância como primeira etapa do ensino primário, apresentando um projeto de reforma de ensino.

2.2 A educação infantil no Brasil República

As profundas e rápidas transformações políticas e sociais, como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, abrem no Brasil o caminho para a construção de uma nova sociedade do tipo capitalista e urbana. Surgem questões sociais ligadas à infância, dessa forma logo é fundado por particulares o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Somente no ano de 1919 o governo cria o Departamento da Criança, tendo como objetivo tratar da saúde da criança. Logo após, várias escolas infantis e jardins-de-infância são abertas com intuito de acolher também os filhos de imigrantes europeus.

Na primeira década do século XX, no ano de 1908 é instituída a primeira escola infantil de Belo Horizonte e, em 1909, o primeiro jardim-de-infância municipal do Rio de Janeiro. Neste período o ensino primário atendia apenas parte da população em idade escolar. Levantamentos realizados em 1921 e 1924 apontavam um crescimento de 15 para 47 creches e de 15 para 42 jardins-de-infância em todo o país (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 481).

Com a urbanização e a industrialização acontecem intensas mudanças nas relações sociais e familiares, modificando assim a estrutura familiar. A grande precariedade da infra-estrutura urbana gera problemas de saneamento básico,

trazendo o perigo constante de epidemias, afetando principalmente a saúde das crianças. As mulheres precisam ir para o mercado de trabalho, pois nesse período os homens trabalham na lavoura. Sem opção de escolha, as crianças eram deixadas com mulheres que cuidavam dos filhos das operárias em troca de dinheiro. Contudo, as “criadeiras” como eram chamadas na época, não ofereciam condições higiênicas e materiais no cuidado das crianças, que acabavam morrendo em grande número, devido a isso, essas mulheres foram denominadas “fazedoras de anjos”.

Nesta época começa no Brasil um movimento dos trabalhadores que reivindicam melhores condições de trabalho, de vida e também a existência de locais adequados e seguros para o atendimento das crianças durante o trabalho das mães. Alguns patrões com intenção de controlar o operariado criam as vilas operárias, creches e escolas maternas. Oliveira (2002, p.94) esclarece que a urbanização e a industrialização nos centros urbanos maiores, intensificadas no início do século XX, produziram um conjunto de efeitos que modificaram a estrutura familiar tradicional no que se refere ao cuidado dos filhos.

Em 1922 acontece o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, onde foram levantados problemas relacionados à educação moral e higiênica e o aprimoramento da raça, com ênfase no papel da mãe como cuidadora da criança. Portanto, o higienismo, a filantropia e as técnicas para assegurar às crianças um perfeito desenvolvimento físico, moral e intelectual domina a perspectiva de educação das crianças pequenas da época.

No ano de 1923, a primeira regulamentação sobre o trabalho feminino previa a instalação de creches e salas de amamentação próximas ao trabalho da mãe. Neste mesmo ano, outra iniciativa para melhor atender às crianças foi a fundação da

Inspetoria da Higiene Infantil, que em 1934 passa para Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância.

Na década de 50 as poucas creches existentes continuavam sendo responsabilidade das indústrias ou de entidades filantrópicas e religiosas, onde o trabalho apresentava caráter apenas assistencial, com a preocupação de alimentar, fazer a higiene e garantir segurança física das crianças atendidas. Dessa forma, era irrelevante ações voltadas à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças. Havia uma forte tendência médico-higiênica do Departamento Nacional da Criança, desenvolvendo vários programas e campanhas visando o combate à desnutrição, vacinação e diversos estudos e pesquisas de cunho médico realizadas no Instituto Fernandes Figueira. Era também fornecido auxílio técnico para a criação, ampliação ou reformas de obras de proteção materno-infantil do país, basicamente hospitais e maternidades.

2.3 Legislação de ensino

Década de 1960: Implantação da Primeira LDB do Brasil.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 4024/61).

Esta LDB de 1961 incluiu os jardins-de-infância no sistema de ensino do Brasil, deixando claro na lei que a educação pré-primária destinava-se aos menores de sete anos e seria ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância. Também dizia que as empresas que tinham a seu serviço mães de crianças menores de sete anos

seriam estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária. Em 1971 esta LDB sofre algumas alterações em decorrência do momento político vivido no Brasil.

A constituição de 1988 reconsidera as funções sociais da creche, reconhecendo-a como uma instituição educativa, “um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado”. (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Na Constituição Brasileira a infância é reconhecida como uma etapa da vida com características peculiares e um período essencial no desenvolvimento do ser humano. Dessa forma, o direito à educação é reconhecido desde o nascimento como direito da criança e dever do Estado.

Considera-se como Educação infantil, o período de vida escolar em que se atende, pedagogicamente, crianças com idade entre 0 e 6 anos (Brasil). Na Educação Infantil as crianças são estimuladas através de atividades lúdicas e jogos, a exercitar suas capacidades motoras, fazer descobertas, e iniciar o processo de letramento.

Em 1990 é criado no Brasil O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Estatuto da Criança e do Adolescente é um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem o objetivo de proteger a integridade da criança e do adolescente. Neste documento, a criança é colocada como centro do processo de democratização do país, que reconhece a criança como sujeito de direitos. Portanto, educação, saúde, proteção, segurança, alimentação, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária tornam-se direitos inalienáveis e responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar tais direitos a toda e qualquer criança sem discriminação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente introduziu em 1990 mudanças

significativas em relação à legislação anterior, o chamado Código de Menores, instituído em 1979. Crianças e adolescentes passam a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, desafiando os governos municipais a implementarem políticas públicas especialmente dirigidas a esse segmento.

A nova LDB 9394/96 implantada no ano de 1996 instituiu a educação infantil, regulamentando-a e tornando-a parte integrante da educação básica. Da Educação Infantil, o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Base da Educação, descreve: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996, p. 106). A educação infantil é finalmente assumida como primeira etapa da educação básica e parte do sistema de educação brasileiro, sendo organizada em dois níveis:

- I. Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II. Pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade. (atualmente até cinco anos).

Com a nova LDB de 1996 a educação infantil sai do âmbito da assistência (saúde), passando a vincular-se às políticas de Educação. Os profissionais devem ter formação inicial e continuada para poder trabalhar com a educação infantil.

“A infância passou a ser concebida como um período de formação fundamental na vida do ser humano”. (BRASIL, 1998, p. 21).

A atual LDB (Lei 9394/96) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996.

Baseada no princípio do direito universal à educação para todos, a LDB de 1996 trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores relativas à educação.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

Resolução nº 1/ 99 – CEB/ CNE (DE 7 DE ABRIL DE 1999)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, são as que seguem:

I – As propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem respeitar os seguintes Fundamentos Norteadores:

- a) Princípios éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- b) Princípios políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à ordem Democrática;
- c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

II - As Instituições de Educação Infantil ao definir suas Propostas Pedagógicas deverão explicitar o reconhecimento da importância da identidade pessoal de alunos.

III - Promover em suas Propostas Pedagógicas, práticas de educação e cuidados, possibilitando a integração entre todos os aspectos de desenvolvimento da criança.

IV - As Propostas Pedagógicas devem buscar a interação entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã. Contribuindo assim para a formação de conhecimentos e valores.

V - Organizar estratégias de avaliação, através do acompanhamento e dos registros de etapas alcançados nos cuidados e na educação para crianças de 0 a 6 anos, sem objetivo de promoção.

VI - As Propostas Pedagógicas devem ser criadas, coordenadas, supervisionadas e avaliadas por educadores, com pelo menos o diploma de Curso de Formação de Professores.

VII - O ambiente de gestão democrática por parte dos educadores, deve ser de responsabilidade e de qualidade, garantido os direitos básicos da criança, e contendo os profissionais necessários para o atendimento.

VIII - As Propostas Pedagógicas e o regimento das instituições devem seguir um clima de cooperação, para que haja o funcionamento das estratégias educacionais, do uso do espaço físico, do horário e do calendário escolar, possibilitando assim a execução, avaliação e o aperfeiçoamento das diretrizes.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), composto por três volumes, organizado em 1999 de acordo com as diretrizes da LDB, foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira.

O Referencial Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) apresenta “referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implementação de práticas

educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras”. (BRASIL, 1998, p. 13).

O RCNEI é um documento oficial (COEDI-MEC, 1998). Contém um capítulo introdutório, que apresenta concepções e princípios sobre o desenvolvimento da educação infantil. Na segunda parte, apresenta o brincar, a identidade e o meio como determinantes das interações humanas. E no final, os autores optaram por indicar as bases que asseguram a construção de uma proposta pedagógica para cada faixa etária. O documento define ainda o perfil do profissional de educação infantil, demonstrando diversas formas adequadas de organizar, conduzir e avaliar seu trabalho junto às crianças e famílias, servindo de base para produção de programações pedagógicas, planejamentos e avaliações em instituições de educação infantil.

Os três volumes do RCNEI receberam inúmeras críticas, dentre elas, o modo como aborda a atividade lúdica, sendo de grande importância para o desenvolvimento infantil. Também no que diz respeito a brincadeira, não assumida plenamente como a parte mais importante na educação infantil, permanecendo o perigo de ser usada como instrumental para a aprendizagem de conceito culturalmente mais valorizado.

Conforme Cerisara:

[...] a educação infantil pela sua especificidade ainda não estava madura para produzir um referencial único para as instituições de educação infantil no país. Os pesquisadores e pesquisadoras da área revelam nestes pareceres que o fato de a educação infantil não possuir um documento como este não era ausência ou falta, mas sim especificidade da área que precisa ainda refletir, discutir, debater e produzir conhecimentos sobre como queremos que seja a educação das crianças menores de sete anos em creches e pré-escolas. (1999, p. 44).

Recentes medidas legais modificaram o atendimento das crianças da pré-escola, pois alunos com seis anos de idade devem obrigatoriamente estar matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos. Os dispositivos legais que estabeleceram as modificações citadas são os seguintes:

O Projeto de Lei nº 144/2005, aprovado pelo Senado em 25 de janeiro de 2006, estabelece a duração mínima de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Essa medida deverá ser implantada até 2010 pelos Municípios, Estados e Distrito Federal. Durante esse período os sistemas de ensino terão prazo para adaptar-se ao novo modelo de pré-escolas, que agora passarão a atender crianças de 4 até seis anos de idade.

O mais novo documento oficial sobre o Ensino Fundamental de nove anos (BRASIL, 2006), também foi criticado assim como o RCNEI, por não deixar clara a preocupação em apresentar atividades lúdicas como um direito a ser garantido às crianças dessa faixa etária.

Por fim, devemos reconhecer que se trata de importantes documentos oficiais que realmente necessitam ser profundamente estudado pelos profissionais que atuam com crianças, porém, levando-se em consideração a história da infância, da Educação Infantil no Brasil e o pensamento de educadores que fundamentam teórico e metodologicamente estas etapas da infância.

As constantes transformações que ocorreram na sociedade contemporânea, incluindo a necessidade da mulher ser inserida no mercado de trabalho, o que exige a entrega de seu filho, ainda bebê, aos cuidados de outra pessoa, em creches públicas ou privadas, leva a considerar que grande parte da vida dessa criança está sob a responsabilidade das educadoras, incluindo os cuidados básicos que as crianças

necessitam para a sobrevivência. Portanto, como profissionais da educação infantil não podemos deixar de lado os aspectos cognitivos e afetivos que são relevantes para promover o desenvolvimento integral de nossas crianças.

3 O EDUCAR E O CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Podemos dizer que historicamente creche e pré-escola foram aos poucos se constituindo em dois campos diferentes da educação infantil. Enquanto a pré-escola desde a sua origem evidenciou um caráter educacional, preparando a criança para a escola regular, a creche se apresentava como substituta materna, sendo o assistencialismo presença marcante em toda a sua história, pois durante muito tempo esta instituição serviu para abrigar e salvar crianças pobres que não tinham uma família estruturada para fazê-lo. Dessa forma, a maior preocupação presente nas creches era com a higiene, alimentação e saúde, consideradas extremamente precárias entre as camadas populares.

Percebe-se que foi percorrido um longo caminho para definir a infância, período este muito rico de experiências, conhecimentos e trocas, onde devemos protegê-la ao máximo, permitindo que as crianças tenham seus direitos garantidos e vivam essa fase tão importante da vida, cercados de amor, carinho, proteção e respeito.

Hoje, sabemos que o atendimento a crianças de zero a seis anos deve ser tratado como um processo contínuo, rompendo com antigas concepções de que nas creches (zero a três anos) deveriam predominar os cuidados com a higiene, a saúde e a alimentação, e de que na pré-escola (quatro a seis anos) se prepara a criança para o Ensino Fundamental. Sendo assim, precisamos compreender a educação infantil como um tempo de formação que proporciona o desenvolvimento de nossas crianças que estão crescendo em todos os seus aspectos. A educação infantil deve ser prioridade na área da educação, pelo fato de ser a fase mais importante para o

desenvolvimento da pessoa em todas as suas dimensões: cognitiva, afetiva, corporal e social.

Nessa perspectiva, o trabalho realizado com crianças na faixa etária de zero a três anos envolve ações de cuidados e de educação de forma indissociável. Para isso, é necessário reorganizar o espaço, os materiais e o tempo na educação infantil. O espaço físico da escola infantil deverá ser acolhedor, aconchegante, seguro e principalmente desafiador, sendo assim, um local estimulador e adequado para promover a aprendizagem de acordo com a faixa etária de cada criança. O tempo deverá ser flexível, respeitando o ritmo de cada criança, considerando as características e as necessidades dos diversos momentos de formação das mesmas.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB Nº 1, de 07/04/1999), o educar e o cuidar devem caminhar juntos, considerando de forma democrática as diferenças individuais e, ao mesmo tempo, a natureza complexa da criança. Nesse sentido, o RCNEI orienta que:

“Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, ao conhecimento mais amplo da realidade social e cultural”. (BRASIL, 1998, p. 23).

Compreender que não podemos separar o educar e o cuidar implica em promover uma ação pedagógica respaldada em uma visão integrada sobre o desenvolvimento infantil, respeitando as peculiaridades de cada criança e oportunizando situações de aprendizagens significativas e prazerosas. Assim, refletir como educar e cuidar na educação infantil pode auxiliar o desenvolvimento das

capacidades de apropriação e conhecimento da criança em relação a si e ao meio onde está inserida.

Acerca da necessidade de haver uma ação pedagógica integrada, Kramer (2003) enfatiza a intrínseca relação entre educar e cuidar, sob o argumento de que a educação Infantil não pode ser compreendida como uma instância de aprendizagem que só instrui, tampouco como um lugar apenas de guarda e proteção. A mesma autora recomenda que o cuidado com o outro deve se fazer presente no ato de educar, independentemente do nível de ensino em que se está atuando.

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (BRASIL, 2001, p.24).

É urgente que os profissionais da educação considerem e compreendam as dimensões afetiva e relacional, presentes no ato de educar e cuidar, necessárias à construção dos vínculos afetivos indispensáveis ao desenvolvimento integral da criança, bem como ampliem o entendimento acerca da individualidade de cada criança, identificando e atendendo suas necessidades específicas. Caberá ao educador identificar em cada ação de cuidado as inúmeras possibilidades educativas, vivenciadas e executadas por crianças e educadores na educação infantil.

Toda a ação de interação do adulto com a criança está impregnada de afeto. A alimentação, o banho, a troca de fraldas, as brincadeiras devem ser percebidas como momentos onde os vínculos e o desenvolvimento afetivo estão sendo estabelecidos.

Como Silva argumenta:

[...] os vínculos não são estabelecidos de uma só vez e para sempre. Eles precisam ser fortalecidos e ampliados, através do estabelecimento de um bom contato afetivo. Dependendo de como essa relação é estabelecida pode se visualizar não só um distúrbio de aprendizagem, mas a criança em sua totalidade. (2005, p.86).

Portanto, é possível dizer que a educação é sempre uma aventura coletiva, de partilha de afetos e sensibilidades, de conhecimentos e saberes, de expectativas, atitudes e valores. (ALVES, 2001, p. 115). Educar também deve ser percebido como uma forma de afeto e estabelece a diferença entre criar e educar.

Cuidar e educar, portanto, é impregnar a ação pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade peculiares desta etapa tão importante da vida humana, a infância. Desta forma, o educador deverá estar em permanente estado de observação e vigilância para que não transforme as ações em rotinas mecanizadas, rígidas, inflexíveis, sem significado, guiadas por regras que em nada contribuam para o desenvolvimento da criança.

3.1 Cuidar

Grande parte das creches, dentro da educação infantil, ainda mantém um atendimento mais assistencialista, organizando sua rotina de forma a priorizar somente os cuidados básicos de guarda, alimentação, higiene e sono dos bebês. Precisamos ter consciência de que a criança precisa ser vista muito além do que o aspecto dos cuidados, porque ela é rica em conhecimento, cultura, criatividade e está em constante desenvolvimento.

O educador precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseadas em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades sócio-culturais (BRASIL, 1998, p. 25).

O bebê humano nasce desprovido de condições individuais de sobrevivência, precisando de alguém que o cuide, o alimente e o proteja, de alguém que o acolha, não só para a satisfação de suas necessidades vitais, mas, também, de suas necessidades afetivas. Isso se dará por meio do toque, do olhar, do gesto e da fala do adulto que cuida da criança. É desta forma que o bebê constituirá seus primeiros significados sobre o meio.

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver enquanto ser humano, valorizando e ajudando a desenvolver suas capacidades. Percebe-se que para cuidar é preciso estar comprometido com o outro, com sua singularidade e ser solidário às suas necessidades. É preciso também competência para ampliar os conhecimentos da criança e suas habilidades a fim de que ela se torne autônoma.

Ceccon afirma que:

As instituições de educação infantil são um terreno privilegiado para ações educativas em seu sentido mais amplo, incluindo as ações preventivas em saúde. É vivenciando essas ações que a criança elabora em suas atividades diárias, um conjunto de noções que ela vai incorporando ao seu saber, e que serão determinantes para o resto de sua vida. É no espaço aberto pela instituição de educação infantil que os adultos responsáveis pela criança podem dialogar, trocando experiências e sentindo-se mais confiantes, no desempenho de seu insubstituível papel, no qual o fundamental é o amor dedicado à criança. (2000, p.7).

Para cuidar de crianças é preciso comprometimento e responsabilidade, disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. O cuidado envolve atenção e afeto, pois somente cuidamos daquilo que gostamos e desejamos preservar.

De acordo com Sheffer:

Ser afetivo não é simplesmente gostar e ser meigo, mas é conhecer a história pessoal e social do aluno. Estabelecer um vínculo é papel do professor, mas o aluno tem que estar pronto para isso. Compete ao professor ter sensibilidade suficiente para preparar e criar o vínculo. O professor tem que ter essa aptidão de saber acolher a criança. Acreditamos que para organizar a aprendizagem é necessária uma organização interna: uma criança que não se dá bem com o professor, não aprende, o emocional bloqueia e isso acontece com os adultos e com as crianças. (2003, p.75).

É preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada. Deve-se cuidar da criança como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isso inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação desses conhecimentos e de suas habilidades, que, aos poucos, a tornarão independente.

O cuidado encontra-se na base da constituição do ser humano e, é somente por intermédio do outro que a criança aprenderá a interpretar o mundo físico, social e cultural no qual está inserida. Desta forma, é necessário compreender a grande responsabilidade enquanto educadores, especialmente no atendimento de crianças de zero a três anos de idade. Como educadores da infância, nossa maior preocupação deverá ser com o desenvolvimento integral da criança.

“Cuidar e educar são ações intrínsecas e de responsabilidade da família, dos professores e dos médicos. Todos têm de saber que só se cuida educando e só se

educa cuidando”. (Vital Didonet, consultor em educação infantil, ex-presidente da OMEP – Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar).

Maria Malta Campos, afirma que:

Foi só na década passada que os neurocientistas descobriram que há muito de extraordinário no que se passa no cérebro do bebê quando ele recebe um estímulo tão simples quanto um carinho da mãe. Como resposta ao gesto, em segundos, milhares de neurônios se conectam. Essas conexões, as sinapses, podem durar para sempre ou desaparecer. Se muitas forem criadas e fortalecidas no início da vida, a criança terá maiores chances de ser um adulto saudável, com bom desempenho na escola, no trabalho e na vida afetiva. (FOLHA [Sinapse] – 27/01/04, p. 8).

Daí a importância fundamental da função dos pais e educadores nesta etapa decisiva do desenvolvimento infantil. Sobretudo nos primeiros anos de vida, os estímulos sensoriais oferecidos às crianças são essenciais. Atitudes de carinho, interações adulto–criança, criança–criança e criança–objetos, proporcionam uma intensa reação no cérebro.

Denohue-Colleta apud Evans (1993, p.3) resume, da seguinte forma, as necessidades das crianças entre 0 (zero) a 3 (três) anos de idade:

3.1.1 Crianças de 0 a 1 ano necessitam de:

- proteção para perigos físicos;
- cuidados de saúde adequados;
- adultos com os quais desenvolvam apego;
- adultos que entendam e respondam a seus sinais;

- coisas para olhar, tocar, escutar, cheirar e provar;
- oportunidades para explorar o mundo;
- estimulação adequada para o desenvolvimento da linguagem.

3.1.2 Crianças de 1 a 3 anos necessitam de todas as condições acima e mais:

- apoio na aquisição de novas habilidades motoras, de linguagem e pensamento;
- oportunidade para desenvolver alguma independência;
- ajuda para aprender a controlar seu próprio comportamento;
- oportunidades para começar a aprender a cuidar de si própria;
- oportunidades diárias para brincar com uma variedade de objetos.

É dever dos educadores dar atenção a todas as crianças, ajudando-as a superarem seus medos e angústias de maneira calorosa e afetiva, o que torna a opção pelo magistério um interminável exercício de relacionamento humano que, na maioria das vezes, é extremamente gratificante para ambas as partes.

3.2 Educar

O novo ordenamento constitucional e legal brasileiro atribui às crianças direitos de cidadania, definindo que sua proteção integral deve ser assegurada pela família, pela sociedade e pelo poder público, com absoluta prioridade.

Os debates atuais apontam para uma necessidade crescente de que as instituições de educação infantil integrem o binômio cuidar/educar. Diante disso, é de suma importância que as escolas de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de cuidar e educar, não mais diferenciando, nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas ou àqueles que trabalham com as crianças maiores.

As novas funções da educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção da autonomia.

Para Borges e Souza:

Temos que ser especialistas em saber cuidar das crianças de 0 a 6 anos, sabendo que esse processo exige profissionalismo e conhecimento, pois já aqui também temos objetivos pedagógicos a serem atingidos. (2002, p.33)

Os professores precisam comprometer-se com o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças, assim como com a qualidade das atividades realizadas com elas, fazendo uma relação indissociável entre o cuidar e o educar.

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a freqüentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriqueçam o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação. (BRASIL, 1998, p. 23).

As práticas pedagógicas devem levar em conta o interesse, a criatividade do aluno e o comprometimento com sua formação, considerando a criança como sujeito

social, respeitando sua condição de criança. É preciso aproveitar experiências ricas e desafiadoras, onde a criança se desenvolve e aprende a partir de si com a exploração de objetos e trocas com outras crianças e com os adultos.

John Locke (1632-1704) afirma que o homem, ao nascer, é uma tábula rasa, uma folha em branco, onde as experiências e os estímulos provenientes do meio são registrados. Por outro lado, Jean Jacques Rousseau (1712-1778) acreditava que, em um ambiente apropriado, as capacidades inatas da criança simplesmente se desenvolveriam por meio da exploração, das descobertas e da imaginação.

Pensar em educação é pensar no ser humano em sua totalidade, em seu ambiente, nas suas preferências, prazeres, enfim, em suas relações com o mundo. Educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, é ajudar a criança a tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade. Em todas as fases da vida, o ser humano descobre e aprende coisas novas pelo contato com seus semelhantes e pelo domínio sobre o meio em que vive, independente de cultura, raça, credo ou classe social. Ao contrário do que se pensava, o bebê ao nascer não é uma tábula rasa, mas é um sujeito que se constitui na interação com o meio.

No processo da educação infantil, o papel do professor é primordial, pois é ele quem cria espaços, oferece os materiais e participa das brincadeiras, ou seja, media a construção do conhecimento. O professor é mediador, possibilitando, assim, a aprendizagem de maneira mais criativa e social possível. Portanto, precisa ter consciência da importância da sua formação permanente, de estar sempre inovando seu fazer pedagógico e de ter senso crítico e atitude investigativa. Assim, ao inserir a brincadeira em seu projeto educativo, o professor deve ter claros seus objetivos e consciência da importância de sua ação em relação ao desenvolvimento e à aprendizagem infantil. Diante da importância do brincar para a criança, cabe ao professor oferecer inúmeras oportunidades para que se torne prazerosa a

aprendizagem por meio das brincadeiras oportunizadas na sala do berçário. A escola deve ser um lugar gostoso e feliz, para onde a criança tenha vontade de ir.

De acordo com a LDB, os profissionais de educação infantil devem ser formados em cursos de nível médio ou superior, que contemplem conteúdos específicos relativos a essa etapa da educação.

É essencial que o educador goste das crianças, mas isso só não basta. A pessoa deve estar preparada para cuidar e educar. Precisa saber lidar com os imprevistos com naturalidade, passando assim, segurança para as crianças.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, [...] e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 2001, p. 23)

Segundo o RCNEI (BRASIL, 2001, p. 63), os objetivos para a Educação Infantil orientam uma prática pedagógica que possibilite à criança:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidados com a própria saúde e bem-estar;

- Estabelecer vínculos afetivos de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os dos demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, verbal) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias e significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito, participação e valorização da diversidade.

Porém, diante da dicotomia entre o cuidar e educar, os profissionais que atuam junto às crianças iniciam a discussão sobre qual a proposta pedagógica que deverá orientar sua prática. Muitos profissionais que trabalham com berçário não têm discernimento sobre sua prática. Percebe-se que ainda em algumas escolas de educação infantil há uma separação entre cuidar e educar.

O mais importante é ter um atendimento completo para todas as crianças conforme suas necessidades, desde os primeiros meses de vida até seu ingresso no ensino fundamental e, esse atendimento inclui o cuidar e o educar.

Contudo, devemos considerar que a creche é um dos ambientes de desenvolvimento da criança. Além de prestar os cuidados básicos, ela deve criar condições para o seu desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional. É importante que a creche seja pensada não como uma instituição que substitui a família, mas como um espaço de socialização diferente do familiar, onde se dá o cuidado e a educação de crianças que ali vivem, convivem, brincam, exploram, conhecem, resolvem conflitos, expressam emoções e percepções, constroem uma nova visão de mundo e de si mesmas, se constituem como sujeitos, aonde trocas e interações acontecem durante todo o tempo e espaço da creche, que deve ter uma proposta pedagógica que envolva as dimensões do cuidar e do educar, priorizando o desenvolvimento integral da criança. Não devemos separar o cuidar do educar. Todos os momentos vividos na educação infantil poderão ser pedagógicos e de cuidados no trabalho com crianças de zero a três anos. Tudo dependerá da forma como realizarmos as nossas ações como educadores na educação infantil.

Segundo Kuhlmann Júnior:

A caracterização da instituição de educação infantil como lugar de cuidado-e-educação, adquire sentido quando segue a perspectiva de tomar a criança como ponto de partida para a formulação de propostas pedagógicas. Adotar essa caracterização como se fosse um dos jargões do modismo pedagógico, esvazia seu sentido e repõe justamente o oposto do que se pretende. A expressão tem o objetivo de trazer à tona o núcleo do trabalho pedagógico conseqüente com a criança pequena. Educá-la é algo integrado ao cuidá-la. (1999, p. 60, grifo do autor).

Diante disso, é função da Educação Infantil pensar a própria criança, considerando seus processos singulares, presentes em diferentes culturas e contextos sociais, suas capacidades físicas, cognitivas, estéticas, éticas, expressivas e emocionais, proporcionando um ambiente rico em interações e situações de desafios, no qual ela amplia gradativamente a compreensão acerca de si mesma e do mundo.

Não podemos esquecer que as crianças desenvolvem suas capacidades de maneira heterogênea, em ritmos e intensidades diferentes. Apesar dessa diversidade,

a educação tem como função criar condições para que todas elas possam ter o desenvolvimento de suas potencialidades. O desenvolvimento infantil pleno e a aquisição de conhecimentos acontecem simultaneamente e caminham no sentido de construir a autonomia, a cooperação e a atuação crítica e criativa.

4 AS ROTINAS DAS CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS

A rotina na educação infantil está bastante ligada a várias situações de aprendizagens que se relacionam claramente às necessidades vitais da criança, principalmente na faixa etária de zero a três anos, considerada como primeira etapa da educação infantil, onde o tempo com a exploração, o controle e a conquista dos movimentos corporais são fundamentais para um bom desenvolvimento motor. Nesta fase a criança necessita de cuidados essenciais para o seu bem-estar, entre eles, alimentação, higiene e descanso.

As atividades de rotina são aquelas que devem ser realizadas diariamente, oportunizando as crianças o desenvolvimento de hábitos indispensáveis à preservação da saúde física e mental, como a ordem, a organização, a higiene, a alimentação correta, o repouso, o tempo e o espaço adequados para a realização das atividades previstas. Portanto, os momentos de rotina das crianças precisam permitir variadas experiências. Assim para organizar estas atividades no tempo, é fundamental levar em consideração três diferentes necessidades das crianças:

As necessidades biológicas, como as relacionadas ao repouso, à alimentação, à higiene e à sua faixa etária; as necessidades psicológicas, que se referem às diferenças individuais como, por exemplo, o tempo e o ritmo que cada um necessita para realizar as tarefas propostas; as necessidades sociais e históricas que dizem respeito à cultura e ao estilo de vida, como as comemorações significativas para a comunidade onde se insere a escola e também as formas de organização institucional da escola infantil. (BARBOSA; HORN, 2001 p. 68).

Também há toda uma série de situações durante a jornada diária, que favorece o desenvolvimento integral da criança. É importante que o educador compreenda que a criança é um ser social, cultural e histórico desde seu nascimento. Sendo assim, se faz necessário que o tempo e o espaço sejam organizados respeitando a lógica da vida humana em suas diversas dimensões.

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a rotina é considerada um instrumento de dinamização da aprendizagem, facilitador das percepções infantis sobre o tempo e o espaço. (BRASIL, 1998, p. 73)

A rotina na educação infantil não deve ser vista apenas como um processo mecânico a ser seguido pelo educador, mas como um instrumento que serve para dar segurança às crianças, tornando-se assim uma grande ferramenta pedagógica para o professor.

A rotina na educação infantil pode ser facilitadora ou cerceadora dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Rotinas rígidas e inflexíveis desconsideram a criança, que precisa adaptar-se a ela e não ao contrário, como deveria ser; desconsideram também o adulto, tornando seu trabalho monótono, repetitivo e pouco participativo. Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. (BRASIL, 1998, p.63).

O sono é o momento da rotina em que aparece de forma mais intensa. O seu horário é pré-definido, independente do fato da criança manifestar ou não vontade de dormir, pois a análise das posturas das crianças permite perceber que dormir não é uma vontade coletiva das mesmas, tanto que algumas se envolvem em várias situações para tornar esse momento mais adequado às suas vontades. Estas constantes ações das crianças revelam a incoerência existente na proposição de uma vivência homogênea para um grupo heterogêneo, na padronização de comportamentos em um espaço que é composto pela diversidade. Nessa hora, propõe-se que todos durmam, sendo que o ritmo e as necessidades de cada um são diferentes. Portanto respeitar a individualidade, a heterogeneidade e os diferentes

jeitos de ser criança é fundamental para a formação de sujeitos seguros, autônomos e felizes.

Conforme Batista:

O que se verifica é que os tempos da creche não são instituídos para que as crianças possam viver seus tempos próprios, pois são organizados para alcançar uma pretensa homogeneidade. Pretensa, porque ela não se realiza plenamente devido ao movimento inerente ao cotidiano plural. (1998, p.126)

Os educadores precisam saber lidar com os sentimentos expressados pela criança, principalmente por esta estar longe da família, sem o afeto dos pais, o que exige maior atenção e dedicação por parte dos adultos. Os profissionais que atuam com crianças pequenas desempenham um papel fundamental no processo do desenvolvimento infantil e devem se constituir como observadores das circunstâncias que surgem no universo de seu cotidiano.

Portanto, as tarefas propostas pelos educadores são muito importantes para os bebês, que além dos cuidados básicos, necessitam de atividades pedagógicas para um desenvolvimento adequado. As crianças começam a exploração do meio a partir do adulto, que precisa organizar espaços seguros para que elas possam conhecer a si mesmas e ao ambiente onde estão inseridas. Segundo o RCNEI:

A organização do tempo deve prever possibilidades diversas e muitas vezes simultâneas de atividades, como atividades mais ou menos movimentadas, individuais ou em grupos, com maior ou menor grau de concentração; de repouso, alimentação e higiene; atividades referentes aos diferentes eixos de trabalho. (BRASIL, 1998, p.73).

Dessa forma, cabe às educadoras e auxiliares das escolas de educação infantil observar as crianças, para propor atividades de movimento e ritmo que contribuam para o seu desenvolvimento, oferecendo desafios e independência à criança, observando diariamente o que ela já consegue realizar sozinha.

Pensar sobre mudança da rotina da creche, implica reinventar o espaço da sala de aula, para que assim aconteçam as interações do sujeito com o mundo físico e social, oportunizando-lhe vivências e situações de trocas. Salas bem organizadas, atrativas e com materiais selecionados e em quantidades apropriadas, são estímulos que contribuem para um bom desenvolvimento dos bebês.

De acordo com Barbosa:

Dar-se conta do que há de educativo, de cuidados e de socialização nas atividades, nas conversas, nos atos que são realizados com as crianças. O quanto é importante ver e escutar o que há de alegria, de imprevisto, de inusitado, de animação no convívio cotidiano. Enfim, o professor precisa entender que as suas ações, da organização do ambiente à solicitação de atividades, bem como os comportamentos e materiais oferecidos, têm repercussões no ato educativo. (2006, p.224)

Sendo assim, torna-se indispensável que a escola e os educadores conheçam o cotidiano da criança através da família, para não partir do pressuposto que todas são iguais, tendo as mesmas necessidades ao mesmo tempo.

4.1 Adaptação na creche

A primeira adaptação acontece dentro da própria família, onde para o bebê a família é o seu mundo.

Diesell (2003, p. 10) diz que “o processo de adaptação inicia com o nascimento, e nos acompanha no decorrer de toda a vida e ressurgue a cada nova situação que vivenciamos”. Segundo a autora, estamos sempre sendo desafiados a viver novas situações que nos levam a ter as mais variadas reações. Tudo que é novo gera insegurança e muitas vezes somos levados a permanecer num espaço e numa

situação que já conhecemos, tentando assim, buscar maior segurança. Porém, sabemos que é necessário ultrapassar barreiras quase que diariamente, porque faz parte do nosso crescimento como seres humanos.

A primeira situação a ser vivenciada pela criança e certamente a mais difícil, é o afastamento do ambiente familiar. Esta separação provoca ansiedade na criança pelo duplo significado que esta nova situação apresenta. A criança além de precisar afastar-se de seu ambiente familiar, ainda deverá adaptar-se a pessoas estranhas ao seu convívio. É muito importante este período de inserção da criança na creche, pois é sua primeira experiência de separação da família. Até esse momento a criança conviveu apenas no cotidiano de seu lar, onde está acostumada com a segurança do lugar conhecido e do forte vínculo afetivo com seus pais. Já neste ambiente desconhecido, muda o espaço, a rotina e as pessoas, de modo que a criança passa a conviver com mais pessoas em um ambiente estranho.

O ingresso da criança na escola é uma fase difícil para todos os que estão envolvidos nesta etapa: pais, educadores e principalmente a criança. Apesar das dificuldades encontradas neste processo de adaptação da criança, os resultados geralmente são compensadores, mas para isso acontecer precisamos contar com profissionais bem preparados, capazes de proporcionar à criança uma adaptação tranqüila e adequada.

O momento da entrevista com os pais é ideal para obtermos todas as informações necessárias para ir incorporando na rotina do berçário. Informações estas que serão indispensáveis para a segurança e tranqüilidade da criança. Nesta entrevista os pais devem informar questões importantes relacionadas à saúde, alimentação e cuidados com a criança, como por exemplo, possíveis alergias à determinada substância.

Para que o período de adaptação seja um momento construtivo e prazeroso, a instituição deve propiciar um ambiente acolhedor e familiar, que transmita à criança

confiança e segurança, garantindo oportunidades para que sejam capazes de relacionar-se diariamente com seus professores, crianças e demais funcionários da instituição, onde terá que expressar suas necessidades, compartilhar materiais e espaço no novo ambiente.

A formação de um vínculo de afeto e de confiança entre adulto e criança certamente irá contribuir para a construção da autonomia da criança. Existem muitos momentos da rotina diária que o educador pode aproveitar para estabelecer este vínculo afetivo com a criança. A troca de fraldas, a alimentação, a hora do banho e do sono, por exemplo, são momentos de interação e de aprendizagem, pois o educador pode conversar olhando nos olhos da criança, mantendo o contato físico através do toque, do carinho e das brincadeiras. Todos os momentos que a criança compartilha com o meio são educativos, na medida em que ela está constantemente aprendendo.

O berço é um referencial seguro para os bebês. Por isso, é importante que ele contenha objetos ou brinquedos trazidos de casa ou escolhidos na creche, que tenham valor afetivo para as crianças. Esses objetos funcionam como estímulos para as atividades das crianças e lhes servem como pontos de referência.

Conforme Borges e Souza:

Todos os envolvidos direta ou indiretamente nessa chegada passam a viver um processo de adaptação, de ajustamento a uma nova situação. Uma nova situação que se configura para a criança e sua família, para o educador, para os colegas de turma e, como não poderia deixar de ser, para a própria instituição. (2002, p. 28)

Por isso, o contato inicial é um momento extremamente delicado e importante dentro desse complexo processo chamado adaptação.

4.2 Organização dos espaços

Existe uma relação íntima entre a organização da rotina e a organização do espaço físico na creche, de forma que este influencia a qualidade do trabalho realizado com crianças pequenas na educação infantil. Para que o educador ofereça uma rotina de qualidade é necessário dispor de um espaço bem estruturado e adequado, que contribua para o desenvolvimento de todas as atividades propostas na rotina diária.

A instituição deverá oferecer um espaço físico adequado para que os educadores possam realizar atividades que atendam as necessidades das crianças. O espaço deverá ser tão aconchegante quanto desafiador, permitindo a exploração livre, favorecendo sua criatividade e novas descobertas. Estes espaços devem ser lúdicos, dinâmicos e vivos, onde a criança possa brincar, se alimentar, tomar banho, ouvir e contar histórias. Oliveira (2002, p. 193) diz que o ambiente “funciona como recurso de desenvolvimento e, para isso, ele deve ser planejado pelo educador, parceiro privilegiado de que a criança dispõe”.

Com um planejamento flexível e o trabalho em equipe, além de consideração e respeito à realidade infantil, o educador ampliará as atividades tornando-as significativas para a vida das crianças. Sendo assim, o profissional de educação infantil é aquele que sabe mediar as experiências da criança pequena, de modo a contribuir positivamente para o seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

É indispensável criar espaços no contexto educacional infantil que caracterizem ambientes propícios para o estímulo de experiências de aprendizagem e de relacionamento, tendo por base o seu desenvolvimento e a sua faixa etária.

Segundo Horn:

Acredito que a modificação da conduta pedagógica de educadores infantis pode ser instigada pelas transformações do espaço. Porém, isso não pode se constituir em um ato solitário, pois é, na verdade, parte de um processo que deverá envolver interação entre professores e crianças, entre crianças e crianças, entre a professora e o ambiente em transformação e entre a professora e a coordenação pedagógica. (2004, p.115)

Na organização dos espaços da creche, os grupos deverão ser organizados de acordo com a faixa etária, porém devemos possibilitar a convivência de crianças de variadas idades, pois este contato contribui para o crescimento individual, através das imitações e das trocas interativas.

Rosa Batista, em sua Dissertação de Mestrado em Educação, afirma que: “É importante, sempre que possível proporcionar situações para que aconteçam interações entre as crianças. A disposição dos berços na sala pode facilitar e garantir que os bebês se olhem, se escutem, se descubram e se imitem”.

Na medida em que os bebês crescem e começam a engatinhar, os berços podem ser substituídos por colchonetes, que serão espalhados no chão na hora do repouso. Assim, sobrarão mais espaço para que as crianças descubram o mundo que se amplia pouco a pouco em sua rotina diária.

A interação dos bebês com o ambiente acontece com muita intensidade, onde descobrem o espaço físico e lhe atribuem significações.

Para Batista:

O universo da criança é constituído pela imprevisibilidade, espontaneidade, ludicidade, imaginação, criatividade, fantasia, pluralidade, brincadeira de faz-de-conta, linguagem artística, gestual, corporal, musical, entre tantas outras. Este universo, na maioria das vezes, não cabe dentro de uma estrutura cuja lógica de organização é linear, fragmentada, burocrática, homogênea, impessoal. (1998, p. 15).

Precisamos considerar que a forma como nos relacionamos com as crianças é fundamental em suas aprendizagens e desenvolvimento. Portanto, o ambiente deve

ser preparado de forma a interligar o cognitivo à afetividade, contemplando um desenvolvimento pleno e integral para nossas crianças.

Para melhor aproveitamento do espaço, podemos dividi-lo em ambientes estruturados com cantinhos de atividades, lugares seguros onde os bebês possam interagir com outras crianças, engatinhando e brincando, sempre sob o olhar atento do educador.

Segundo Horn:

[...] a organização do espaço em cantos temáticos [...] possibilita um entendimento de uso compartilhado do espaço, onde, ao mesmo tempo, são possíveis escolhas individuais e coletivas, as quais certamente favorecem a autonomia das crianças [...] (2004, p.85).

É interessante reforçar a idéia de que a rotina deve prever pouca espera das crianças nesta faixa etária, já que a capacidade de concentração ainda é muito pequena. Dessa forma, pode ser evitada se a sala de aula for organizada de maneira que a criança tenha a possibilidade de realizar outras atividades, de forma mais autônoma, tendo livre acesso a espaços e materiais que motivem a aprendizagem enquanto o professor está atendendo outras crianças. Contudo, é necessário dispor de um espaço aconchegante e divertido, onde cada um espere a sua vez de ser atendido. Para tanto, mais uma vez a organização prévia do ambiente e o planejamento destas atividades se fazem necessários. Este momento também é adequado para o educador fazer interações e observações em relação às crianças.

“Para a criança, o espaço é o que sente, o que vê, o que faz nele. Portanto, o espaço é sombra e escuridão; é grande, enorme ou, pelo contrário, é pequeno; é poder correr ou ter que ficar quieto, é esse lugar onde ela pode ir para olhar, ler, pensar. O espaço é em cima, embaixo, é tocar ou não chegar a tocar; é barulho forte, forte demais ou, pelo contrário, silêncio, são tantas cores, todas juntas ao mesmo tempo ou uma única cor grande ou nenhuma cor... O espaço, então, começa quando abrimos os olhos pela manhã em cada despertar do sono; desde quando, com a luz, retornamos ao espaço.” (FORNERO apud ZABALDA, 1998, p. 231).

4.3 O lugar do brincar na rotina de zero a três anos

A brincadeira é muito importante na educação infantil, porque proporciona um espaço onde as crianças podem experimentar o mundo, interpretar, significar e compreender os comportamentos e sentimentos das pessoas, servindo assim para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e físico.

[...] sempre que se fala em crianças pensa-se em brinquedos, brincadeiras e jogos. A brincadeira é algo de pertence à criança, à infância. Através do brincar a criança experimenta, organiza-se, regula-se, constrói normas para si e para o outro. Ela cria e recria, a cada nova brincadeira, o mundo que a cerca. O brincar é uma forma de linguagem que a criança usa para compreender e interagir consigo, com o outro, com o mundo. É através do jogo e pelo brinquedo que a criança vai constituindo-se como sujeito e organizando-se. DORNELLES apud KAERCHER, (2001, p. 114).

O brincar desenvolve a autonomia, dá prazer e alegria para a criança. A brincadeira favorece a socialização, onde são estipuladas as regras, a divisão de papéis, o respeito pelos amigos, os conflitos que surgem e que devem ser resolvidos por eles. Desenvolve a imaginação, porque no faz de conta, cada um pode ser o que quiser, criando seus próprios personagens. Brincando, a criança resolve conflitos internos, pois representa situações que tem significado em seu cotidiano.

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato da criança, desde muito cedo, poder se comunicar com gestos, sons, e mais tarde apresentar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva a imaginação. (BRASIL, 1998, p. 12).

No processo de desenvolvimento da criança, o brincar desempenha um papel insubstituível por oferecer a ela possibilidade de organizar sua própria história. Dessa forma, a criança conscientiza-se de si mesma como um ser agente e criativo ao mesmo tempo em que proporciona o aprender fazendo e construindo o seu mundo.

O brincar dos bebês não acontece somente com a exploração do brinquedo, na verdade o primeiro brinquedo da criança são os dedos e seus movimentos, que observados pela criança se constituem na primeira origem do brincar. Os bebês também usam os dedos da mão colocando-os na boca e estimulando a zona oral, após esse contato com o próprio corpo brincam com objetos como pontas de cobertores ou paninhos, observando seus movimentos.

Para Horn:

O brinquedo sempre fez parte da vida das crianças, independentemente de classe social ou cultural em que estejam inseridas. O ato de brincar é tanto processo como modo; por conseguinte, qualquer coisa pode ser realizada de maneira lúdica. (2004, p.70).

Podemos introduzir muitas brincadeiras na rotina das crianças de zero a três anos que ajudam muito no desenvolvimento das mesmas, pois contribuem para que aprendam por meio da exploração e da descoberta. Entre elas citamos:

- piscina de bolinhas, que serve como estímulo para as crianças que já engatinham interagirem umas com as outras;
- casinha e túneis de caixa de papelão com fitas coloridas na entrada e saída, que ajudam no desenvolvimento motor, na percepção visual e na compreensão de dentro e fora, de ir e vir, entrar e sair;

- cesto dos tesouros, ideal para crianças que ainda não engatinham, mas conseguem se manter sentadas. Trata-se de um cesto cheio de objetos variados, dentre estes, elementos da natureza;
- materiais de diversas cores, texturas e espessuras, que desenvolvam os sentidos da criança;
- chocalhos, com diferentes cores e sons, para estimular as sensações auditivas.

Além dos exemplos citados acima, existem muitas outras formas de estímulo para o desenvolvimento e as descobertas a serem feitas pelos bebês. Estímulos estes que fazem parte de um processo contínuo durante o qual se dá a evolução da inteligência, da comunicação, da afetividade, da sociabilidade e da aprendizagem, de forma global e simultânea.

Saltini acrescenta que:

Crianças pequenas querem interagir com os objetos manipulando-os com todo o seu corpo, não só com as mãos, pois esta é uma necessidade natural do seu desenvolvimento. Devemos usar cones, esferas, cilindros e cubos de todos os tamanhos e cores, de forma que as crianças possam brincar tanto com as partes internas como com as externas desses objetos espaciais, assim como com os quatro elementos fundamentais da natureza: o ar, a água, a terra e o fogo. (1997, p.90).

Na faixa etária de zero a três anos, o tempo dedicado à exploração, o controle e as conquistas dos movimentos corporais é fundamental para o desenvolvimento dos bebês. As crianças aprendem os movimentos de preensão das mãos, a engatinhar e a andar, assim como o controle dos esfíncteres. Também aprendem a falar, a expressar seus sentimentos e suas vontades e a comunicar-se com os outros.

Quanto à segurança das crianças, os educadores precisam ter cuidado na escolha dos brinquedos que disponibilizarão para as mesmas, observando a faixa etária e se ele segue as normas de segurança.

O objetivo dessas brincadeiras visa a exploração da ludicidade, favorecendo a aquisição de condutas cognitivas, ajudando no desenvolvimento de habilidades funcionais, atividades sociais, no desenvolvimento de habilidades lingüísticas e na aquisição de conduta efetiva.

Enfim, o brincar favorece a auto-estima da criança, de forma criativa, auxiliando na compreensão e integração com o mundo em que vive, além de desenvolver capacidades, permitindo a experimentação e desenvolvimento de conceitos, atitudes e valores morais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas o mundo vem passando por uma intensa transformação e para acompanhar essas mudanças é necessário assumir uma nova concepção de educação. No entanto, para alguns professores ainda há uma certa relutância em manter algumas formas arcaicas no trabalho realizado com crianças pequenas. Muitas vezes a rotina da creche deixa de favorecer as necessidades e os ritmos das crianças para se adequar às vontades e necessidades dos adultos. Por outro lado há um grande número de especialistas no assunto determinados a mudar essa rotina, que deve ser vista com mais flexibilidade pelos profissionais da educação infantil.

No desenvolvimento deste trabalho conclui que são indispensáveis as mudanças de atitude, organização e planejamento por parte dos profissionais da Educação Infantil. As atividades realizadas no berçário devem promover situações de aprendizagens que ajudem a desenvolver hábitos indispensáveis à preservação da saúde física e mental das crianças, onde seus aspectos cognitivos não podem estar dissociados dos aspectos afetivos, expressivos, motores e simbólicos. A criança é um ser que age, pensa, sente e representa suas experiências e a si mesma nas relações que estabelece com o meio físico e humano.

Dessa forma, é necessário compreender que no momento em que a criança entra em contato com o meio ambiente, ela necessita se sentir amada, aceita e desafiada para desenvolver suas capacidades. Isso não acontece sem a interação com outras pessoas. Portanto, considero importante que os educadores saibam trocar fralda, dar banho, segurar no colo, ter noções de primeiros socorros e ser dotado de

grande sensibilidade, para assim conseguir entrar no mundo da criança e contribuir para que se torne um adulto feliz.

Também é essencial entender como se dá o desenvolvimento humano dentro de situações coletivas como a creche, e ter formação, para assim refletir sobre a própria prática diária dentro da escola.

Certamente não se trata apenas de uma opção pessoal, mas sim de profundas mudanças nas condições de trabalho e na organização do tempo e do espaço das crianças e dos adultos que vivem o cotidiano nas salas da educação infantil com crianças de zero a três anos. É muito importante refletir sobre a rotina estabelecida no berçário, visando sempre a melhor estruturação da base necessária para a formação de indivíduos mais capazes, críticos e criativos.

Portanto, compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais neste novo século.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor & por força: rotinas na educação infantil**. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas2000.

BARRETO, Angela M. Rabelo F. Educação infantil no Brasil: desafios colocados. In: **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 37, 1995.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei n. 8.068, de 13/07/1990**. Brasília; DF: Senado Federal, 1991.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília; DF: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança**. Brasília; DF: MEC/SEF/COEDI, 1995.

CERISARA, A. B. **A produção acadêmica na área da Educação Infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Curricular nacional da Educação Infantil**. In: GOULART, A. L; PALHARES, M. S. Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 19-49.

CECCON, Claudius; PROTÁSIO Juvelina. **A creche saudável: educação infantil de qualidade**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO [Sinapse] – 27/01/04, p. 08.

GHIRALDELLI JUNIOR. (Org). **Infância, educação e neoliberalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

KRAMER, Sonia. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1989.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

Ministério da Educação e Cultura. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade**. Mais um ano é fundamental. Brasília; DF: MEC/SEF. 2006.

OLIVEIRA, J. (Org.). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

SHEFFER, Natacha. **Afetividade e cognição: a importância das relações subjetivas que se estabelecem entre professor e aluno**. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, 2003.

SILVA, Ana Paula Oliveira. **Um olhar entre o saber e o sentir: trabalhando com a afetividade na escola.** Porto Alegre: Colégio La Salle São João, 2005.

WALLON, H. **Origens do pensamento na criança.** São Paulo: Manole, 1989.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.